



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA
COMPANHIA INTEGRADA DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA DE SANTA CATARINA
PRESIDÊNCIA



CARTA ANUAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS - 2023

Aprovação

Conselho de Administração: 25/04/2023



1. APRESENTAÇÃO DA EMPRESA

Identificação Geral	Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina – Cidasc
CNPJ/NIRE	83.807.586/0001-28
Sede	Rodovia Admar Gonzaga, 1588 - Itacorubi - Florianópolis/SC - CEP 88034-001
Tipo de estatal	Empresa pública
Acionista controlador	Governo do Estado de SC
Tipo societário	Sociedade anônima
Tipo de Capital	Fechado
Abrangência de atuação	Estadual
Setor de Atuação	Agricultura
Diretor Financeiro ou de Relações com Investidores	Jean Fabrício Moraes
Auditores Independentes atuais da empresa	Audimec Auditores Independentes S/S. (81) 3338-3525 - audimec@audimec.com.br.
Conselheiros de Administração subscritores da Carta Anual de Políticas Públicas	Valdir Colatto Celles Regina de Matos Álvaro Antônio Ribas Dourado Athos de Almeida Lopes Filho João Carlos Ecker Hilário Gottselig
Administradores subscritores da Carta Anual de Governança Corporativa	Celles Regina de Matos - Presidente Jean Fabrício Moraes – Diretora Administrativa e Financeira Diego Rodrigo Torres Severo - Diretor de Defesa Agropecuária Marcos Roberto Pacheco – Diretor de Desenvolvimento Institucional Manuela Stud da Rocha - Diretora de Planejamento e Inovação
Data de divulgação	XX/XX/2023

2. INTERESSE PÚBLICO SUBJACENTE ÀS ATIVIDADES EMPRESARIAIS

Os interesses públicos subjacentes às atividades da Cidasc referem-se a fatores econômicos, sociais e de saúde pública, através de ações fiscalizatórias e de educação sanitária. Para Santa Catarina, as atividades agropecuárias são de fundamental importância econômica e social, geradoras de emprego e renda, além disso, a manutenção de padrões sanitários adequados auxilia na garantia de segurança alimentar para a população.

A Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina - Cidasc foi criada pela lei 5.516/1979, sendo fundada em 27 de novembro de 1979. No dia 06 de setembro de 2005 foi transformada em Empresa Pública.



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA
COMPANHIA INTEGRADA DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA DE SANTA CATARINA
PRESIDÊNCIA



Nossa Missão: Executar ações de sanidade animal e vegetal, preservar a saúde pública, promover o agronegócio e o desenvolvimento sustentável de Santa Catarina.

Visão: Ser reconhecida como referência e excelência em sanidade agropecuária.

Compete à Cidasc, segundo a LC nº 381, 07 de maio de 2007, alterada pela LC nº 534/11 e LC nº 741/2019:

I - executar os serviços de defesa sanitária animal e vegetal e assegurar a manutenção do serviço de inspeção industrial e sanitária de produtos de origem animal - Serviço de Inspeção Estadual - SIE, por meio do registro dos estabelecimentos, seus produtos e da fiscalização do ato de inspeção industrial e sanitária de produtos de origem animal executado por profissionais da medicina veterinária habilitados pela CIDASC;

II - promover, apoiar e executar os mecanismos de armazenagem, abastecimento e comercialização de produtos de origem animal e vegetal, seus subprodutos, insumos e resíduos;

III - promover e executar os serviços de fiscalização da produção vegetal e de fiscalização, padronização, certificação e classificação de produtos de origem vegetal, seus subprodutos, insumos e resíduos;

IV - prestar serviços laboratoriais para análise de resíduos tóxicos em produtos de origem animal e vegetal, solo, ração e demais análises laboratoriais relacionadas com a produção e comercialização de animais e vegetais, seus subprodutos, insumos e resíduos, incluindo análises de controle de qualidade em apoio à fiscalização agropecuária;

V - estabelecer critérios para credenciamento, reconhecimento, extensão para novas demandas tecnológicas e monitoramento de laboratórios para exercício das atividades previstas no inciso IV, bem como fiscalizar sua execução;

VI - desenvolver as atividades de operador portuário no Terminal Graneleiro de São Francisco do Sul;

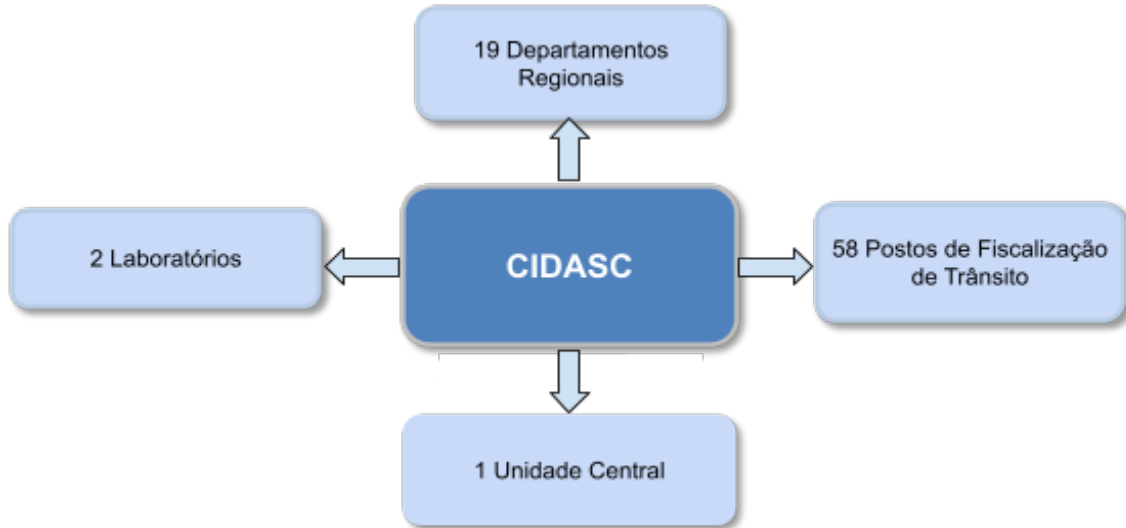
VII – assegurar e garantir tratamento favorecido e simplificado para as agroindústrias familiares de pequeno porte e de economia solidária no sistema de inspeção e vigilância sanitária.

2.1. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

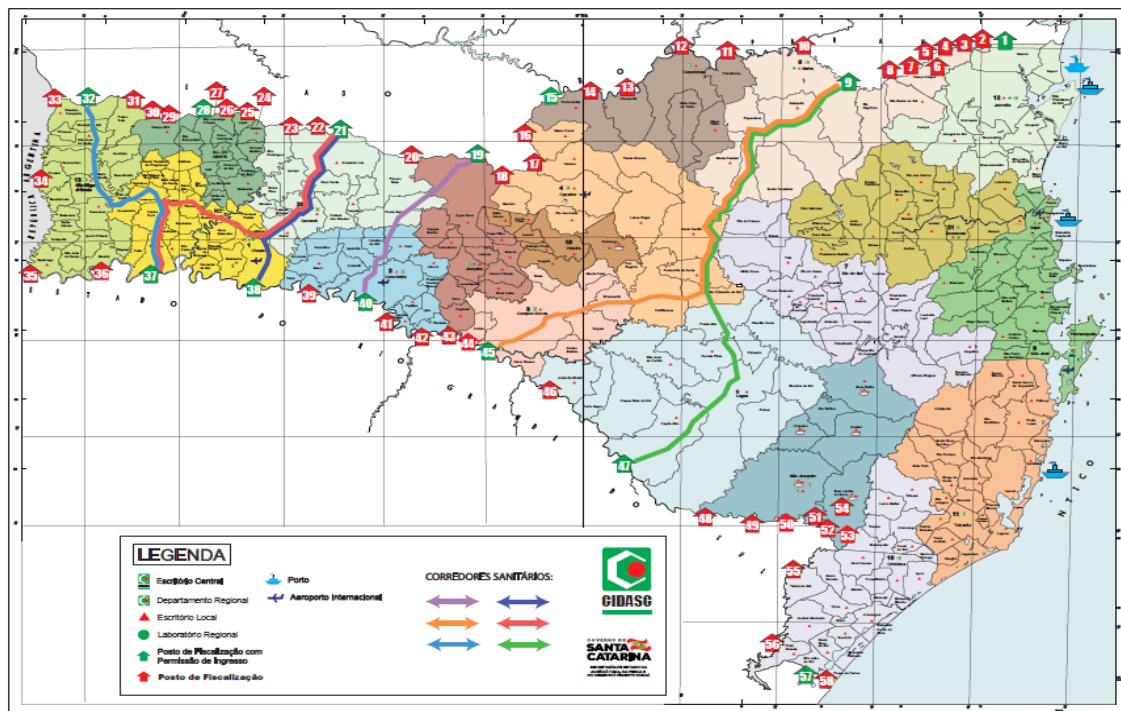
Visando atender sua missão, a Cidasc possui uma estrutura organizacional descentralizada com 19 Departamentos Regionais e um Escritório Central localizado em Florianópolis, além dos 58 postos fixos de fiscalização que formam um cinturão de proteção às divisas do Estado. Deste modo, a empresa consegue administrar cada



região de acordo com as suas características regionais, o que proporciona maior efetividade em suas ações, e controlar a entrada e saída de animais e vegetais e seus subprodutos.



POSTOS DE FISCALIZAÇÃO DE SANTA CATARINA



3. POLÍTICAS PÚBLICAS E IMPACTOS ECONÔMICO-FINANCEIROS DA SUA OPERACIONALIZAÇÃO EM 2023

Políticas públicas são conjuntos de programas, ações e decisões tomadas pelos governos (nacionais, estaduais ou municipais) com a participação, direta ou indireta, de entes públicos ou privados que visam assegurar determinado direito de cidadania para vários grupos da sociedade ou para determinado segmento social, cultural, étnico ou econômico.

O processo de formulação de políticas públicas, também chamado de ciclo de políticas públicas, apresenta as seguintes fases:



Fonte: <https://www.politize.com.br/ciclo-politicas-publicas/>

A fase da agenda é onde se identifica os problemas existentes que merecem maior atenção, além de analisar a emergência destes e os recursos disponíveis.

A apresentação de alternativas que busquem minimizar ou eliminar os problemas apontados representa a segunda fase, onde são definidos os objetivos da política, os programas a serem desenvolvidos e seus planos de ação.

Após o levantamento das alternativas, o processo de tomada de decisão define quais ações serão tomadas, seus prazos e os recursos a serem utilizados.



A fase de implementação é a execução do planejamento das fases anteriores, onde os recursos e esforços são utilizados para atacar os problemas identificados visando a coletividade.

Finalizando o ciclo, a avaliação é uma ferramenta essencial para o processo de políticas públicas e, por isso, deve ser realizada em todas as fases. Nela são avaliados os resultados das ações executadas e seu impacto perante a sociedade. É um momento de aprendizado para os atores envolvidos e busca identificar melhorias tanto para as políticas públicas em curso como para as novas a serem formuladas.

As políticas públicas estão diretamente relacionadas a direitos descritos na Carta Magna. A constituição de 1988 constituiu uma série de direitos aos cidadãos brasileiros em diversas áreas, tais como: saúde, educação, trabalho, meio ambiente, assistência social, entre outros.

Um grande objetivo das políticas públicas nas quais a Cidasc está inserida é a promoção de ações para certificação sanitária que atenda às exigências dos mais diversos mercados. Por meio das ações da empresa, o Estado de Santa Catarina conquistou há 16 anos o status de livre de febre aftosa sem vacinação pela Organização Mundial de Saúde Animal (OMSA). Em 2015, Santa Catarina foi reconhecida também como zona livre de peste suína clássica também pela OMSA. Essa diferenciação sanitária do Estado proporcionou acesso aos mercados mais exigentes e trouxe retornos financeiros para toda a cadeia produtiva.

A atuação da Cidasc está intimamente ligada às políticas públicas de saúde e desenvolvimento socioeconômico e o faz por meio dos programas de Defesa Sanitária Animal, Defesa Sanitária Vegetal, Inspeção de Produtos de Origem Animal e Classificação de Produtos de Origem Vegetal.

A união indissociável entre saúde humana, animal e ambiental trouxe um novo conceito chamado de Saúde Única. Segundo a OMSA (2016), 60% das doenças infecciosas humanas são zoonoses, 75% dos agentes de doenças infecciosas em humanos tem origem animal e de cada cinco doenças novas que surgem por ano, três são de origem animal. Portanto, as ações de vigilância sanitária animal e vegetal executadas pela empresa foram um pilar essencial neste ciclo.

Conforme visto anteriormente, acompanhar a implementação e os resultados das políticas públicas é imprescindível para que seus objetivos sejam alcançados. As ações da Cidasc são monitoradas pelo Governo do Estado de Santa Catarina por meio dos indicadores estratégicos listados a seguir com seus resultados do ano de 2022:

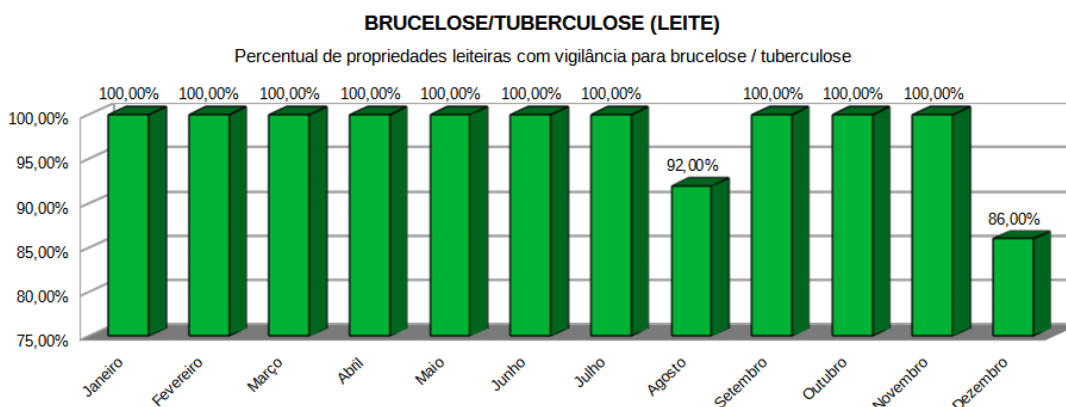
- Número de propriedades leiteiras com vigilância para brucelose: META = 60%

Trata-se de um indicador que demonstra o resultado do sistema de vigilância ativa para detecção de rebanhos leiteiros com suspeita de focos de brucelose, onde amostras de leite de tanque das propriedades serão examinadas para detecção de anticorpos contra esta doença. A aplicação desse sistema evita a necessidade de realizar exames em todas as propriedades para encontrar os animais positivos cuja finalidade é a de eliminá-los da cadeia produtiva. A vigilância da brucelose estava implantada apenas na vigilância dos vínculos epidemiológicos com os focos, os exames eram realizados no laboratório de Joinville. A Portaria SAR nº 44/2020, que



exigia a vigilância uma vez por ano em propriedades leiteiras, foi publicada em dezembro de 2020, e sofreu atualização em 2022 com a publicação da Portaria SAR nº 23/2022, alterando a frequência da vigilância a cada 24 meses.

Um projeto piloto foi realizado pelo Programa SC Rural desde 2011 até 2018, obtendo dados volumosos sobre o melhor diagnóstico a ser utilizado e a melhor logística das amostras utilizando, como o aproveitamento das mesmas amostras da qualidade do leite enviadas à Rede Brasileira de Qualidade do Leite.



A vigilância é realizada pelas agroindústrias de laticínios, com volume de amostras até superior ao número de propriedades devido a novas colheitas realizadas em tempo inferior ao exigido em legislação. O mês de agosto ficou reduzido devido ao vencimento do prazo de algumas propriedades que realizaram exames ainda em 2020. Em dezembro foram feitos ajustes no número de fornecedores de leite de laticínios, inclusive incluindo agroindústrias do estado do Paraná que captam leite em SC, iniciando a vigilância neste momento.

A vigilância em leite detectou em um único ano 40% dos focos existentes estatisticamente no estado.

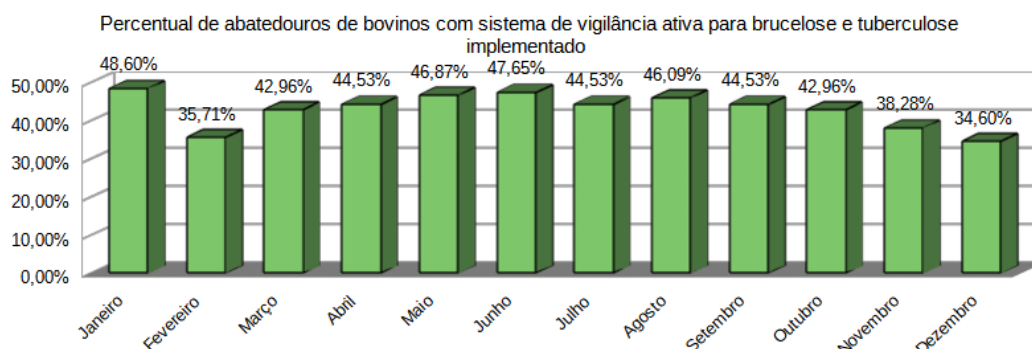
A utilização da vigilância em leite engloba apenas cerca de 10% das propriedades com bovinos de SC, porém a população de fêmeas destas propriedades corresponde a 58% das fêmeas adultas do estado, o que significa alta abrangência da população de risco para a doença.

- Percentual de estabelecimentos abatedouros de bovinos com sistema de vigilância ativa para brucelose e tuberculose implementado - META = 60%

O sistema de vigilância ativa permite detectar, de forma mais rápida e econômica, os rebanhos com suspeita de doenças. Este indicador demonstra o resultado da implantação de vigilância ativa para detecção de focos de brucelose e tuberculose utilizando a cadeia produtiva da carne, onde os animais enviados para o abate, de forma aleatória, são examinados para estas duas doenças. A vigilância ativa evita a necessidade de realizar exames em todas as propriedades para encontrar os animais positivos a fim de eliminá-los.

A vigilância da tuberculose já está implantada em todos os abatedouros com Serviço de Inspeção Federal - SIF e SIE desde 2018. Em fevereiro de 2020 foi implantada em todos os estabelecimentos de abate com o SIE, por meio da Instrução de Serviço Conjunta nº10, a vigilância da brucelose.

BRUCELOSE/TUBERCULOSE (CORTE)



Esses indicadores avaliam algumas ações estratégicas da Cidasc e representam um importante termômetro sobre as atividades executadas e seus impactos na sociedade.

O ano de 2022 iniciou com um grande número de focos já encontrados no campo e a coordenação freou alguns pontos da vigilância de forma a se ajustar a capacidade de resposta do SVO, mantendo alguns abatedouros fora da vigilância por alguns meses, o que reduziu o alcance da meta de 60%.

Para 2023 entendemos que o ideal seria haver uma política de incentivo fiscal para que todos os abatedouros tenham redução no custo da vigilância e participação no programa de erradicação da brucelose e da tuberculose de forma fluida, incluindo os abatedouros com inspeção municipal, os quais não estão sob a coordenação e fiscalização da CIDASC.

Outra política pública muito presente no dia a dia da Cidasc é a educação mediante os programas de **Educação Sanitária**. É atividade estratégica e instrumento da Defesa Agropecuária que visa garantir o comprometimento dos integrantes da cadeia produtiva e da sociedade em geral. Essa política é feita no dia a dia através de orientações a produtores e sociedade em geral, assim como por meio de cursos ofertados gratuitamente e através dos programas do Sanitarista Júnior, que atende alunos do ensino fundamental da rede pública, e do recém lançado Sanitarista Acadêmico, que foca em alunos de cursos da graduação.

O **Sanitarista Acadêmico** é um programa inovador que tem por objetivo conectar a defesa agropecuária com as organizações de ensino técnico e superior. As organizações de ensino têm papel fundamental nas formações de futuros profissionais, agentes influenciadores do “Agro”, para que esses reconheçam como de seu interesse a preservação da saúde animal e sanidade vegetal, e sua relação com o bem-estar global, e assim, conscientemente, se disponham a conhecer, aceitar, e praticar e fomentar as ações de defesa agropecuária, estando também, dessa forma, capacitados a ingressar em um amplo mercado de trabalho cada vez mais exigente.

Em 2022, as ações do programa Sanitarista Júnior foram executadas em 44 municípios, 88 escolas, formando 2.220 alunos.

Figura 1 - (A) Livro Texto Sanitarista Junior em Defesa Agropecuária, 3ª edição revisada e ampliada, (B) Caderno de Atividades, (C) Livro do Professor.



Fonte: Cidasc

4. POLÍTICAS PÚBLICAS E PRINCIPAIS PROCESSOS FINALÍSTICOS

Para Santa Catarina, as atividades agropecuárias são de fundamental importância econômica e social, geradoras de emprego e de renda. Além da produção para consumo interno, a exportação dos produtos oriundos do agronegócio catarinense tem grande impacto na balança comercial do Estado.

Neste contexto, figura a condição da sanidade agropecuária, que permeia os processos de negociação dos mercados interno e externo, cada vez mais exigentes quanto à produção, manejo, armazenamento, transporte e embarque de produtos de origem animal. A segurança dos alimentos está em evidência e os patamares comerciais extrapolam margens de preços e outras variáveis, enfatizando o controle sanitário dentro de padrões internacionais. Assim, a manutenção e abertura de mercados estão lastreadas no controle de doenças e pragas afetas à agropecuária em índices aceitáveis pelos organismos controladores nacionais e internacionais. Portanto, devido à importância do agronegócio para o Estado, a Cidasc vem desempenhando papel primordial ao executar, por delegação da Secretaria de Estado da Agricultura, ações de monitoramento, controle, inspeção, fiscalização e auditorias nos processos produtivos, na industrialização, trânsito e comercialização de produtos, subprodutos e derivados do segmento agropecuário.

As políticas públicas são materializadas por meio dos programas de governo previstos no Plano Plurianual - PPA. Podemos destacar a atuação da Cidasc no programa de defesa agropecuária do governo do Estado, que promove a sanidade e bem-estar das populações animais e vegetais, a inocuidade e qualidade seus produtos e subprodutos, a idoneidade dos insumos agropecuários, a garantia dos aspectos higiênico-sanitários de segurança alimentar, a preservação do meio ambiente e a manutenção dos rebanhos livres de doenças de alto impacto socioeconômico contempladas nos programas de controle propostos pelo Estado, visando manter e aperfeiçoar a saúde única através das diversas ações citadas.

As ações da Cidasc são planejadas e executadas por meio de seus Departamentos técnicos e as principais atividades estão listadas abaixo:



4.1 Defesa Sanitária Animal

SERVIÇOS	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	PRINCIPAIS CLIENTES
Defesa Sanitária Animal	Ações com o objetivo de prevenir, controlar e erradicar doenças de impacto econômico e de importância zoonótica, visando a manutenção e ampliação do status sanitário, bem como a saúde única. Capacitações técnicas frequentes, Educação sanitária e preparo para rápida resposta a eventos sanitários nos plantéis são fundamentais nas ações de defesa sanitária animal.	Cidadão/Produtor/Empresas
Vigilância Sanitária Animal e Trânsito	De forma integrada aos Programas Sanitários do Departamento de Defesa Sanitária Animal da CIDASC, efetua o controle do trânsito de animais, seus produtos e subprodutos, bem como sistemas afins (habilitação para emissão de GTA, credenciamento para emissão de Cis-e, autorizações de ingresso entre outros), visando assim medidas de proteção do rebanho Catarinense, para manutenção dos padrões sanitários internacionalmente reconhecidos, por meio da minimização do risco de introdução ou reintrodução de enfermidades. Atua junto aos médicos veterinários privados, propriedades, estabelecimentos agroindustriais, postos de fiscalização fixos, barreiras móveis, entre outros.	Cidadão/Produtor/Empresas
Vigilância Epidemiológica	Elaboração de estudos epidemiológicos para verificação da distribuição espacial e temporal das doenças de controle oficial; elaboração de boletins epidemiológicos a partir da análise de dados das investigações e ocorrências registradas pelo Serviço Veterinário Oficial para verificação do perfil de distribuição das notificações e doenças de controle oficial; gerenciamento do sistema de informações zoossanitárias do estado, que compreende desde a coleta, o processamento, a análise, avaliação e sua divulgação, aliado ao contexto sanitário nacional e ao cenário internacional, visando a transparência e a sustentação da gestão sanitária; capacitação do quadro de médicos-veterinários da CIDASC quanto aos métodos epidemiológicos, bem como quanto à aplicação do Sistema Brasileiro de Vigilância e Emergências Veterinárias (Sisbravet), visando o registro e acompanhamento das notificações e investigações de suspeitas de doenças; capacitação de médicos veterinários privados, habilitados pelo Serviço Veterinário Oficial, por meio de cursos em plataforma online - Moodle; planejamento das atividades de vigilância ativa junto aos programas sanitários e definição dos critérios de risco estabelecidos por doença de controle oficial objetivando o aprimoramento do sistema de vigilância baseada em risco.	Cidadão/Produtor/Empresas
Vigilância para Febre Aftosa e Síndrome Vesiculares	O Programa Estadual de Vigilância para Febre Aftosa e Síndromes Vesiculares tem o objetivo de manter o estado de Santa Catarina livre da febre aftosa sem vacinação, reunindo as garantias sanitárias necessárias para certificar a ausência da infecção nos rebanhos catarinenses por meio de um sistema de vigilância oficial e da participação comunitária.	Cidadão/Produtor/Empresas



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA
COMPANHIA INTEGRADA DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA DE SANTA CATARINA
PRESIDÊNCIA



Rastreabilidade Bovina e Bubalina	Para aperfeiçoar as medidas de vigilância sanitária nos rebanhos catarinenses recomendadas pela OMSA (Organização Internacional de Saúde Animal) são realizadas atividades de identificação individual e rastreabilidade de bovinos e bubalinos, definidas pelo SRBOV-SC (Sistema de Identificação Individual e Rastreabilidade de Bovinos e Bubalinos de Santa Catarina).	Cidadão/Produtor/Empresas
Controle e Erradicação da Brucelose e Tuberculose Bovina	Objetiva baixar a prevalência e a incidência da brucelose e da tuberculose, por meio da vigilância epidemiológica para detecção de focos e do saneamento dos focos encontrados, visando a erradicação destas doenças; e certificação por adesão voluntária de um número elevado de estabelecimentos de criação, objetivando aumentar a oferta de produtos de baixo risco para a saúde pública. Realiza também a orientação sanitária aos produtores de bovinos e a supervisão das atividades realizadas por médicos veterinários autônomos habilitados no PNCEBT para o diagnóstico dessas doenças.	Cidadão/Produtor/Empresas
Controle da Raiva e Vigilância para Encefalopatias Transmissíveis	Para o controle da Raiva dos Herbívoros são executadas ações de cadastramento e monitoramento de abrigos de morcegos hematófagos, controle populacional de <i>Desmodus rotundus</i> , vigilância em áreas risco, o atendimento às notificações de suspeita de síndromes nervosas, aos focos da doença e o estímulo à vacinação dos animais. A vigilância para Encefalopatias Transmissíveis visa evitar a entrada do agente da Encefalopatia Espongiforme Bovina (EEB) no território nacional, aplicar medidas de mitigação de risco, como a fiscalização do fornecimento de alimentos para ruminantes nas propriedades, no intuito de evitar eventual reciclagem e difusão do agente da EEB no estado e manter um sistema de vigilância para detecção precoce de animais infectados.	Cidadão/Produtor/Empresas
Sanidade Suídea	Diante da importância econômica, social e cultural da suinocultura catarinense, com o intuito de controlar e maximizar ganhos econômicos possibilitados pela produção de suínos (<i>Sus scrofa domesticus</i>), bem como de mitigar os riscos de transmissão de doenças relevantes para o setor produtivo suínico e para a saúde da população, a CIDASC executa a proteção deste rebanho baseada nas diretrizes estabelecidas pela OMSA (Organização Mundial de Saúde Animal) e determinadas pelo Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA), por meio do Departamento de Saúde Animal. As doenças alvo do Programa de Sanidade Suídea são a Peste suína clássica, Peste suína africana, Síndrome Respiratória e Reprodutiva dos suínos e a doença de Aujeszky, as quais acometem suínos e precisam de atenção constante do Serviço veterinário oficial, pois são enfermidades que refletem diretamente no mercado interno e externo do estado de Santa Catarina.	Cidadão/Produtor/Empresas



Sanidade Avícola	<p>As principais ações do programa de sanidade avícola consistem em prevenir e controlar as enfermidades de interesse na avicultura comercial, de subsistência e na saúde pública, com foco principal nos seguintes agentes: Influenza aviária, Doença de Newcastle, Laringotraqueíte, salmonelas e micoplasmas. As atividades são focadas na manutenção de sistemas de prevenção e detecção precoce de Influenza aviária (IA) e Doença de Newcastle (DNC), gerando uma rápida resposta às suspeitas e aos eventos sanitários destas enfermidades. Desta forma, mantém no estado, importantes ações de vigilância ativa através da realização de monitorias sanitárias previstas no plano de vigilância para IA e DNC, componentes 3 e 4, avicultura industrial e aves de subsistência de estabelecimentos localizados em rotas migratórias de aves silvestres respectivamente. Além dessa vigilância, destaca-se o acompanhamento direto das monitorias realizadas no compartimento avícola e nas granjas com lotes importados, em período de quarentena, Ressalta-se ainda a atuação constante na vigilância, certificação e monitoramento sanitário dos plantéis avícolas, atuando nas fiscalizações para registro e manutenção de registro dos estabelecimentos, estimulando assim melhorias constantes na biossegurança destes, e também, realizando o acompanhamento de processos de saneamento de estabelecimentos avícolas acometidos por patógenos de importância.</p>	Cidadão/Produtor/Empresas
Sanidade dos Caprinos e Ovinos	<p>Ações de cadastro e atualização dos estabelecimentos de criação; orientação aos produtores; vigilância epidemiológica e sanitária nas propriedades; atendimento às doenças de notificação obrigatória e determinação de medidas sanitárias; Educação sanitária.</p>	Cidadão/Produtor/Empresas
Sanidade dos Animais Aquáticos	<p>O estado de Santa Catarina se destaca na produção de animais aquáticos principalmente na criação de moluscos bivalves, sendo que SC é o único estado que faz monitoramento oficial microbiológico e de ficotoxinas na produção de moluscos bivalves. Setores como a carcinicultura e a piscicultura também possuem importância significativa para a economia do estado. Dessa forma, atividades que visam proteger e manter a condição sanitária desses animais devem ser empregadas para fortalecer o setor e proteger a população que consome os produtos por eles gerados.</p>	Cidadão/Produtor/Empresas
Sanidade das Abelhas	<p>Apoio à Apicultura e Meliponicultura catarinense por meio das atividades pertinentes à Defesa Sanitária Animal como: educação sanitária, investigação epidemiológica, diagnóstico, monitoramento, controle e prevenção de pragas, doenças e intoxicações. Tem como objetivo manter as colmeias saudáveis, produzindo adequadamente em quantidade e com qualidade de produtos, e que possam contribuir com o relevante trabalho da polinização dos pomares, que é de suma importância para a agropecuária do estado.</p>	Cidadão/Produtor/Empresas
Sanidade Equídea	<p>Ações de defesa sanitária animal para prevenir, diagnosticar, controlar e erradicar doenças que possam causar danos ao complexo agropecuário dos equídeos. As principais atividades desenvolvidas são educação sanitária; estudos epidemiológicos; controle do trânsito; cadastramento, fiscalização e certificação sanitária; e intervenção imediata quando da suspeita ou ocorrência de doenças de notificação obrigatória.</p>	Cidadão/Produtor/Empresas



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA
COMPANHIA INTEGRADA DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA DE SANTA CATARINA
PRESIDÊNCIA



Apoio Laboratorial	Os laboratórios oficiais da CIDASC, localizados em Chapecó e Joinville, prestam apoio fundamental às ações da Defesa Sanitária Animal (DSA) no estado, com a realização de diagnóstico de doenças de notificação obrigatória, preparo e envio de amostras para laboratórios de referência, produção dos meios de conservação das amostras, assistência em monitoramentos e inquéritos de doenças dos Programas Oficiais do MAPA e participação em projetos e estudos relacionados à sanidade animal.	Cidadão/Produtor/Empresas
Fiscalização de eventos agropecuários	Ações de defesa sanitária animal para prevenir, diagnosticar e controlar doenças que possam ser disseminadas por meio de uma aglomeração de animais. Composta pela análise clínica dos animais, verificação de documentos e fiscalização da atuação do RT e do promotor do evento.	Cidadão/Produtor/Empresas
Avaliação e Aperfeiçoamento da Defesa Sanitária Animal	Apoio à coordenação dos Programas Sanitários do Departamento de Defesa Sanitária Animal da CIDASC por meio do planejamento e gerenciamento da aplicação de ferramentas de avaliação do serviço estadual de defesa sanitária animal.	Cidadão/Produtor/Empresas

4.2 Defesa Sanitária Vegetal

SERVIÇOS	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	PRINCIPAIS CLIENTES
Defesa Sanitária Vegetal	Ações com objetivo estratégico e sistemático de monitoramento, vigilância, inspeção e fiscalização de insumos que controlem ou impeçam a disseminação de pragas, além da fiscalização da produção e comércio de plantas, partes de vegetais ou produtos de origem vegetal veiculadores de pragas, que possam colocar em risco o patrimônio agrícola e a condição socioeconômica do estado de Santa Catarina.	Cidadão/ Produtor/ Empresas/ Comércio/ Cidadãos
Cadastro de Agrotóxicos	O cadastro de agrotóxicos, registrados previamente no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), com a finalidade de liberação do produto para comercialização e uso no território catarinense.	Empresas/Produtor/ Comércio



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA
COMPANHIA INTEGRADA DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA DE SANTA CATARINA
PRESIDÊNCIA



Registro de Comerciantes de Agrotóxicos e Fiscalização do Comércio de Agrotóxicos	Os comerciantes de agrotóxicos devem ser registrados junto à CIDASC e prestar contas dos volumes de agrotóxicos comercializados. A CIDASC executa a fiscalização dos estabelecimentos que operam com agrotóxicos nas áreas de comércio, armazenamento, produção, importação, exportação, transporte e empresas prestadoras de serviços na aplicação de agrotóxicos.	Comerciantes de insumos agrícolas
Fiscalização do uso de Agrotóxicos	A CIDASC faz coleta de produtos vegetais para determinar a possível presença de resíduos de agrotóxicos não permitidos para a cultura, assim como para verificar se estão acima do limite máximo permitido pela legislação. As fiscalizações do uso são baseadas por receituários agrônômicos e movimentação de agrotóxicos de estabelecimentos responsáveis pela comercialização.	Empresas/Produtor/ Comércio
Registro de Comerciantes de Sementes e Mudanças e Fiscalização do Comércio de Sementes e Mudanças	As sementes e mudas transmitem o potencial genético para as futuras plantas, depende delas grande parte do sucesso da produção e o próprio desenvolvimento agrícola. Por isso, a necessidade de um rigoroso controle da qualidade de sementes e mudas desde a fase de campo até a comercialização para garantir um material reprodutivo que atenda as expectativas de produção. Para tanto, a CIDASC controla a qualidade das sementes e mudas através da fiscalização dos estabelecimentos comerciais de acordo com a legislação federal e estadual. Realizando a coleta amostral de lotes de sementes, a fim de verificar a qualidade fisiológica e viabilidade do material comercializado no estado de Santa Catarina e possíveis inconformidades no comércio.	Comerciantes de insumos agrícolas
Cursos de Habilitação para Certificação Fitossanitária e Cadastro de Responsáveis Técnicos Habilitados	Para atuar como responsável técnico (RT) no sistema de certificação fitossanitária o engenheiro agrônomo ou engenheiro florestal precisam participar de curso previsto na legislação federal, que o capacitará para o cumprimento das normas de trânsito de produtos vegetais, potenciais veiculadores de pragas quarentenárias. Uma vez aprovado no curso de certificação fitossanitária, o RT poderá se cadastrar junto à CIDASC, com habilitação específica para a praga quarentenária objeto do curso. As informações são repassadas ao MAPA para compor o cadastro nacional de responsáveis técnicos da certificação fitossanitária. Os cursos estão sendo realizados com o auxílio da plataforma ENA Virtual e Google Meet	Responsáveis Técnicos



Programas de Certificação Fitossanitária para as culturas da Banana, Maçã e Citrus.	Os programas de certificação fitossanitária garantem a produtores, comerciantes, embaladores e consolidadores de produtos como Banana, Cidadão/Produtor/Empresas Divisão de Defesa Sanitária Vegetal – DIDEV Citrus. Maçã e Citrus o acesso ao mercado nacional e internacional, atendendo os requisitos fitossanitários conforme o destino da produção	Cidadão/Produtor/Empresas
Inscrição e fiscalização de Unidades de Produção e Unidades de Consolidação	A adesão aos sistemas de certificação fitossanitária é voluntária, frente a atual legislação federal em vigor. O interessado deve indicar um responsável técnico habilitado para a praga quarentenária de interesse, que fará todos os processos de inscrição junto à CIDASC. Uma vez inscrita, a unidade de produção (UP) e unidade de consolidação (UC) devem cumprir requisitos previstos na legislação federal. Cabe a CIDASC garantir ao MAPA e a outros estados que os processos sejam realizados adequadamente e que a produção catarinense não traz risco de disseminação de pragas, por meio de seus produtos vegetais comercializados.	Cidadão/Produtor/Empresas
Levantamentos de detecção, delimitação e monitoramento de pragas	Para a manutenção do status fitossanitário de Santa Catarina perante o MAPA são realizados levantamentos de pragas periodicamente. O estado possui status de Área Livre das Pragas (ALP): Moko da Bananeira (<i>Ralstonia solanacearum</i> , raça 2) e <i>Cydia pomonella</i> . Os levantamentos de delimitação são realizados com o intuito de identificação dos níveis populacionais, em relação àquelas presentes no estado, tais como: Cancro europeu (<i>Neonectria ditissima</i>), Cancro cítrico (<i>Xanthomonas citri</i> pv. <i>citri</i>), Sigatoka negra (<i>Pseudocercospora fijiensis</i>), Thrips da ferrugem da bananeira Para as pragas não presentes no estado, como HLB (<i>Candidatus Liberibacter</i>), Mofo azul do fumo (<i>Peronospora tabacina</i>), Cancro bacteriano da videira (<i>Xanthomonas campestris</i> pv. <i>viticola</i>), e outras prioritárias como iminência de ocorrência no território catarinense, são realizados levantamentos de detecção, para garantir o status fitossanitário de praga ausente, cumprindo os requisitos fitossanitários que venham a ser exigidos por países importadores e outras unidades da federação, além de impedir os prejuízos decorrentes dessas pragas no estado. Também são realizados levantamentos para pragas presentes em lavouras como milho e soja a fim de monitorar a ferrugem asiática da soja a cigarrinha-do-milho e complexo de enfezamentos, além da introdução de possíveis novas pragas.	Cidadão / Produtor / Empresas
Permissão de Trânsito Vegetal – PTV	A PTV é o documento final do Programa de Certificação Fitossanitária. Após todas as etapas cumpridas, o RT, produtor ou consolidador pode solicitar a emissão da PTV para sua produção. É documento de posse obrigatória para o trânsito interestadual quando são transportados produtos potenciais veiculadores de pragas quarentenárias.	Cidadão/Produtor / Empresas



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA
COMPANHIA INTEGRADA DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA DE SANTA CATARINA
PRESIDÊNCIA



Fiscalização do Trânsito Vegetal	Fiscalização do trânsito de artigos com potencial de disseminação de pragas (plantas, partes de plantas, fruto) e fiscalização do trânsito de agrotóxicos, sementes e mudas.	Cidadão/Produtor/Empresas
Classificação de Produtos de Origem Vegetal	Executa serviços de classificação de produtos vegetais e seus subprodutos e resíduos de valor econômico, com a finalidade de atender a legislação e consequentemente o mercado consumidor, facilitando a comercialização, possibilitando a importação e exportação dos produtos dentro dos padrões oficiais de classificação. Capacita produtores rurais e usuários em classificação vegetal. E, ainda, desenvolve trabalhos ligados à extensão agroindustrial, auxiliando tecnicamente as indústrias e produtores rurais.	Produtor/Empresas

4.3 Inspeção de Produtos de Origem Animal

SERVIÇOS	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	PRINCIPAIS CLIENTES
Inspeção de Produtos de Origem Animal	Garantia da segurança dos alimentos ao consumidor, através da inspeção ante e post mortem dos animais e da adoção de medidas de controle de todo processo produtivo de alimentos de origem animal. A inspeção atua prevenindo a ocorrência de zoonoses e doenças veiculadas pelos alimentos e contribui para a vigilância de doenças relacionadas à sanidade dos animais.	Empresas públicas, empresas privadas, médicos veterinários responsáveis técnicos, médicos veterinários habilitados e consumidor final
Programa Novilho Precoce	Trata-se de uma ação de estímulo ao trabalho de melhoramento animal, instituído pela Lei 9.183, de 28 de julho de 1993, regularmente pelo Decreto 2.908, de 26 de maio de 1998. Objetiva a viabilização da atividade pecuária através do aumento da produtividade; diminuir o déficit de carne bovina do estado; gerar maior renda e emprego no meio rural; e melhorar a qualidade da carne ofertada através da redução da idade de abate, da tipificação das carcaças e do controle sanitário.	Agroindústrias, produtores rurais e consumidor final



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA
COMPANHIA INTEGRADA DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA DE SANTA CATARINA
PRESIDÊNCIA



Análise de matéria prima e produtos de origem animal e Credenciamento de Laboratórios	Realização de análises laboratoriais de forma periódica por meio de análises de monitoramento fiscalizatórias As análises realizadas visam a avaliação da conformidade dos critérios microbiológicos e físico-químicos de matéria prima e produtos de origem animal, da água de abastecimento e do gelo nas agroindústrias As análises são realizadas em laboratórios credenciados junto à CIDASC e nos Laboratórios Federais de Defesa Agropecuária (LFDA) vinculados ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).	Agroindústrias, laboratórios credenciados e consumidor final
Credenciamento de Empresas, Associações e cooperativas	Adoção do processo de credenciamento de empresas, associações e cooperativas para o fornecimento de profissionais médicos veterinários que executam a inspeção de produtos de origem animal no serviço de inspeção industrial e sanitária das agroindústrias O credenciamento das Empresas, Associações e Cooperativas é regido pelo edital de credenciamento CIDASC 001/2018.	Agroindústrias, empresas, associações e cooperativas credenciadas e consumidor final
Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal (SISBI)	Padronização e harmonização dos procedimentos de inspeção de produtos de origem animal possibilitando a equivalência dos serviços de inspeção existentes (federal, estadual e municipal); A equivalência dos serviços de inspeção promove a saúde pública, o combate à clandestinidade, a segurança e qualidade dos alimentos de origem animal, bem como a contribuição para o fortalecimento e desenvolvimento do setor agropecuário catarinense. O Serviço de Inspeção Estadual de Santa Catarina com adesão em 2013, ao Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal (SISBIPOA). Tal condição permite que estabelecimentos com selo SIE possam comercializar sua produção em todas as Unidades da Federação.	Agroindústrias, Consórcios Públicos, Municípios e consumidor final



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA
COMPANHIA INTEGRADA DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA DE SANTA CATARINA
PRESIDÊNCIA



4.4 Educação Sanitária

SERVIÇOS	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	PRINCIPAIS CLIENTES
Educação Sanitária em Defesa Agropecuária	É o processo de disseminação, construção e apropriação de conhecimentos, por parte dos participantes das diversas etapas das cadeias produtivas associadas às atividades agropecuárias e pela população em geral, relacionados com a saúde animal, sanidade vegetal e qualidade dos produtos, subprodutos e insumos agropecuários, através de: Educação com escolares, universitários e produtores rurais; Diagnóstico Educativo; Projetos educativos específicos.	Crianças do ensino fundamental e comunidade escolar, estudantes de graduação de cursos de Medicina Veterinária, Zootecnia e Agronomia, comunidade acadêmica, produtores rurais, técnicos agrícolas e médicos veterinários habilitados.



5. ORÇAMENTO PREVISTO PARA 2023

Conforme a LOA (Lei Orçamentária Anual), segue previsão orçamentária para 2023:

ORÇAMENTO POR PROGRAMA DE GOVERNO PREVISTO PARA 2023			
Programa de Governo	Objetivo do Programa	Principais Atividades Executadas	Valor Orçado LOA
Desenvolvimento Agropecuário e Pesqueiro	Incrementar a base de conhecimentos científicos e tecnológicos necessária para a manutenção e evolução da capacidade competitiva do setor agropecuário e pesqueiro catarinense, enfatizando as dimensões relacionadas à sustentabilidade ambiental, à qualidade e à segurança dos seus produtos e processos, com produção sustentável, importação e exportação dos insumos e produtos agropecuários	Movimentação de granéis no TGSFS	R\$ 15.000
Gestão de Pessoas	Desenvolver ações administrativas e financeiras visando garantir aos órgãos do Estado, pessoal qualificado, comprometido e motivado à execução das políticas públicas a cargo do Governo do Estado.	Remuneração e encargos de servidores e estagiários.	R\$ 243.307.070
Gestão Administrativa	Gerir administrativa e financeiramente os órgãos do Poder Executivo do Estado.	Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	R\$ 33.315.700
Defesa Sanitária Agropecuária	Promover a sanidade animal e vegetal, a qualidade de seus produtos e subprodutos, a idoneidade dos insumos agropecuários, garantir aspectos higiênico-sanitários de segurança alimentar e promover a saúde única.	Fiscalização de unidades de produção, consolidação, monitoramento de pragas (inspeções), fiscalização do uso e do comércio de insumos agrícolas (agrotóxicos, sementes e mudas); Fiscalização de propriedades rurais, eventos e trânsito de Animais e Produtos de Origem Animal; Educação Sanitária; Fiscalizações em estabelecimentos, auditorias, ações de combate à clandestinidade; colheita de amostras e Classificação de produtos de origem vegetal.	R\$ 33.315.700